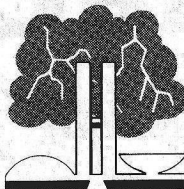


Ibsen pede cheques à CPI para se defender

André Dusek/AE—11/9/92

Deputado quer documentos para explicar por que recebeu US\$ 30 mil de Genebaldo Correia em 89

BRASÍLIA — O deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) pediu ontem ao presidente da CPI do Orçamento, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), cópias dos três cheques emitidos em seu nome pelo deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA) em 1989. Ibsen criticou o vazamento



de informações na CPI, que causou-lhe "danos irreparáveis". No requerimento à CPI, o deputado disse que está indignado "com a conotação perversa, que atribui contornos escusos a um ato comum na vida das pessoas, praticado com a transparência das normas bancárias, especialmente seu caráter nominal, endosso e depósito em conta corrente de estabelecimento oficial de crédito".

Somados, os três cheques de Genebaldo somam cerca de US\$ 30 mil e Ibsen ainda não explicou por que recebeu o dinheiro. Disse que precisa ver os documentos da CPI para se defender. Os dois foram acusados pelo economista José Carlos Alves dos Santos de receber propinas do esquema de manipulação do Orçamento. Ibsen afirmou que o valor da operação é compatível com sua capacidade econômica. Para ele, a data dos cheques (28 e 29 de junho de 1989) mostra que não há relação entre o dinheiro e o esquema de corrupção, porque o Orçamento de 1989, aprovado em 1988 pelo Congresso, não pôde ser modificado pelos parlamentares. Além disso, segundo Ibsen, na época dos cheques ainda não estava sendo discutido o Orçamento de 1990.

Ibsen afirmou que não se negará a oferecer todas as informações que a CPI julgar necessárias, "que sem a menor dúvida devolverão o episódio às suas dimensões singe-



"Conotação perversa atribui contornos escusos a um ato comum."

las, embora a irreparabilidade do dano causado". Segundo membros da subcomissão de bancos da CPI, que investiga a transação, existem outras provas que comprometem o deputado gaúcho e que deverão ser divulgadas em breve.

Ontem, Ibsen recebeu a solidariedade de alguns colegas. O presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), evitou dar sua opinião sobre o caso, afirmando que não

gostaria de fazer prejulgamento e que era preciso dar ao deputado todo o direito de defesa. Admitiu, porém, que se Ibsen se afastasse do cargo de relator do projeto de regimento da revisão constitucional, outros parlamentares envolvidos no escândalo seguiriam seu exemplo e deixariam de comprometer o Congresso Revisor.

O deputado Paulo Paim (PT-RS) foi à tribuna da Câmara ontem dizer que Ibsen "não tem mais a chance de se defender, já que foi prejudgado e condenado, dada a repercussão no nosso Estado".

Paim afirmou que a CPI está agindo com irresponsabilidade neste caso: "Certas coisas não podem ser divulgadas. Hoje é o deputado Ibsen Pinheiro, amanhã pode ser qualquer um de nós, porque alguém pode inven-

tar que o nome está em algum lugar e divulga-se para o País a culpa do indivíduo." O deputado Amaral Netto (PPR-RJ) apoiou o discurso de Paim e disse que já chamou a atenção dos membros da CPI para o fato de que, ao vazarem informações antes da apuração, "estarão beneficiando os culpados e culpando os inocentes".

VAZAMENTO
CAUSOU
"DANOS
IRREPARÁVEIS"